



**A confiança em um governo
de crise e retrocesso**

*Rachel Meneguello
Fabiola Brigante Del Porto*

The background of the entire page is a photograph of six lit matches standing upright against a light-colored, textured wall. The matches are arranged in a slightly curved line from left to right. The flames are bright white and yellow, and the matchsticks are dark and charred at the tips. The overall mood is one of resilience and hope, as the matches continue to burn despite the challenges they represent.

resumo

O artigo analisa se e como a experiência da crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19 no Brasil, bem como a “resposta” à crise dada pelo governo Bolsonaro, altera a relação de confiança dos cidadãos com o governo. A análise baseia-se no painel “Valores em Crise” (junho de 2020 e fevereiro de 2021) e explora os efeitos do medo da pandemia, das percepções das perspectivas para o futuro do país, da confiança nas mídias sociais e da polarização política sobre a confiança no governo. Os resultados apontam para o forte efeito da autolocalização ideológica com a direita, além da confiança nas mídias sociais e da percepção do impacto positivo da crise sobre o país, achados que apontam para a adesão dos entrevistados às atitudes negacionistas, autoritárias e de estímulo à polarização e ao confronto político do presidente.

Palavras-chave: confiança política; covid-19; negacionismo; polarização política; crise democrática.

abstract

The article analyses the impact of the health crisis provoked by the covid-19 pandemic in Brazil, and the “response” to the crisis given by Bolsonaro government on the citizen’s trust on the government. The analysis is based on the “Values in Crisis” panel (June 2020 and February 2021) and explores the effects of some aspects, as the fear of pandemic, the perceptions about the perspectives for the future of the country, the trust in social media and the political polarization. The results point to the strong effect of the right-wing ideological self-placement, besides the trust on social media and the perception of the positive impact of the crisis to the country. Those findings suggest the adherence of the interviewees to denialism and the authoritarian attitudes of the president that stimulate the polarization and political confrontation.

Keywords: trust; covid-19; negationism/denialism; political polarization; democratic crisis.

A

democracia brasileira vem sofrendo reveses importantes. Após pouco mais de 30 anos, as instituições democráticas mostram que sua resistência formal não se traduz na garantia de relações de convivência democrática. O advento da pandemia da covid-19 no Brasil em março de 2020 encontrou um país fragilizado por uma crise institucional, política, econômica, social e moral e altamente polarizado, que culminou na eleição de um presidente da extrema direita e que reacendeu, ainda, o debate sobre o papel dos militares na política.

Neste cenário, a desconfiança nas instituições e no governo, sempre elevada na recente experiência democrática brasileira, atingiu níveis sem precedentes. Especialmente em cenários de democracia recente, déficits de confiança política podem gerar suspeição e ceticismo em relação às instituições, o que prejudica a governança democrática e pode comprometer a disposição dos cidadãos de se

submeterem voluntariamente a ações de coordenação e cooperação social regulamentadas pelo Estado. Essa disposição dos cidadãos em agir em conformidade às leis e às regulações sociais na democracia é ainda mais importante em cenários de eventos dramáticos, de insegurança extrema e de ameaça à vida, que, em tese, demandariam, por parte dos governos, a adoção de políticas excepcionais. Esse foi o contexto que se definiu internacionalmente com a pandemia de covid-19, com medidas que limitaram a vida pública e foram acompanhadas por consequências econômicas e sociais negativas para a população. Não foi, porém, o caso brasileiro. Embora no início da pandemia houvesse o temor de que o presidente Bolsonaro se aproveitasse da circunstância excepcional para exceder seu poder além dos limites legais e restringir a democracia,

RACHEL MENEGUELLO é professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

FABÍOLA BRIGANTE DEL PORTO é pesquisadora do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Unicamp.

o que se observou foi um tipo peculiar de crise de governança na direção oposta, com a ausência de liderança e de qualquer ação de coordenação política, condições minimamente necessárias para o enfrentamento da ameaça representada pela pandemia (Melo & Cabral, 2020; Smith, 2020). Isso em grande parte explica o fato de que em junho de 2021 o número de mortos pela covid-19 no Brasil tenha ultrapassado a marca de 500 mil.

Entendendo a confiança no governo como atitude embasada na avaliação racional que os indivíduos fazem de seu desempenho, este artigo analisa se e como a experiência pessoal e coletiva da crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19 no Brasil, bem como a “resposta” à crise dada por um governo inoperante e negacionista de sua gravidade, altera a relação de (des)confiança dos cidadãos com o governo. Para tratar dessa questão, o artigo organiza-se da seguinte forma: as duas primeiras seções abordam as linhas gerais da crise recente e global da democracia representativa, marcada pela insatisfação e desconfiança dos cidadãos com seus governos, instituições e políticas, e que abre espaço para a ocupação do terreno da política por alternativas populistas, na qual se insere também o caso brasileiro; a terceira seção apresenta os dados analisados e a última seção traz algumas conclusões provisórias que a análise empírica sugere.

DESCONFIANÇA POLÍTICA, CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E POPULISMO

Sabemos que o fenômeno da crise democrática é mais amplo. O contexto mundial parece sustentar a noção de que a democracia está, em alguma medida, em recessão.

O relatório da Freedom House de 2019 aponta para uma tendência global de declínio na manutenção de liberdades civis e direitos políticos entre países, e de fortalecimento dos cenários autoritários (Repucci, 2020). Na mesma direção caminham os dados de duas pesquisas comparadas, a primeira apresentada pelo *The global satisfaction with democracy report* de 2020, que aponta a forte tendência de insatisfação com a democracia, observada tanto em países com regimes democráticos consolidados quanto em países com democracias em consolidação, como resultado do mau funcionamento das instituições democráticas, que não conseguem manter o Estado de direito de forma satisfatória, assim como não mostram capacidade de resposta às preocupações do público, como a garantia da segurança econômica e a elevação do padrão de vida para a grande maioria da sociedade (Foa et al., 2020). A segunda pesquisa, o relatório *Varieties of democracy, autocratization surges – resistance grows* (2020), mostra o caminho da autocratização¹ para vários países da terceira

1 A autocratização é um conceito que emerge da análise dos processos em declínio democrático, ao lado das ideias de retrocesso e da desconsolidação, mas ganhou uma definição mais específica como um declínio substancial dos requisitos da democracia eleitoral. Em uma análise com a base de dados da pesquisa *Varieties of democracy* (V-DEM), Lührmann e Lindberg identificam, além das ondas de autocratização dos períodos entre 1926 e 1942, e de 1961 a 1977, a terceira onda de autocratização que emerge com o declínio da democratização pós-Guerra Fria, nos anos 1990, afetando um número significativo de países, especificamente países da terceira onda de democratização. Diferentemente dos retrocessos dos outros períodos, a nova onda é marcada por uma face legal, através da qual os governantes chegam ao poder legalmente e passam a enfraquecer gradualmente as instituições democráticas, sem destruí-las; são regimes multipartidários que vão paulatinamente perdendo sua eficácia, sem conduzir ao fim da democracia. Os autores destacam o Brasil como um dos exemplos desse novo movimento de retrocesso (Lührmann & Lindberg, 2019).

onda de democratização, entre os quais se destacam, nos últimos dez anos, Brasil, Hungria, Sérvia, Polônia e Turquia.

Em todos esses casos, os cenários políticos apontam retrocessos com relação aos alicerces do processo de democratização, como as reformas que levaram à redução de direitos e à redefinição do papel do Estado e, sobretudo, mostram sinais visíveis de saturação do modelo representativo, como a perda do apoio e da confiança nas elites políticas, nos partidos e instituições representativas, a crescente volatilidade eleitoral e a erosão generalizada da política tradicional. O distanciamento crescente entre cidadãos e representantes eleitos e o afastamento dos cidadãos da política convencional abrem terreno para a ascensão de propostas de tipo populista, que apelam para os eleitores que se percebem à margem do sistema representativo e substituem a gestão democrática de conflitos pela lógica do confronto.

Nas democracias mais e menos consolidadas, a ocupação do terreno da política contemporânea por alternativas populistas estabelece-se à direita e à esquerda, com exemplos que atingem países de diferentes regiões, como os contextos europeu, latino e norte-americano (Mudde, 2004; Kriesi & Pappas, 2015; Conniff, 2012; Mudde & Kaltwasser, 2013).

No caso da América Latina dos anos 1990, o neopopulismo liberal utilizou o *marketing* político como um dos principais instrumentos para condução de políticas austeras que afetaram as camadas mais pobres da população, como exemplificam os casos de Menem, na Argentina, Collor, no Brasil, e Fujimori, no Peru. Mais recentemente, a ascensão de líderes de esquerda como Chávez, na Venezuela, com o Par-

tido Socialista Unido, e Morales, na Bolívia, com o Movimiento al Socialismo, expressou uma fórmula populista radical de esquerda, embasada na busca da integração do “povo excluído” contra a “elite corrupta”, caracterizada pelo esforço de construção de novas instituições, como o constitucionalismo fundacional chavista e as instituições paralelas das *missiones bolivarianas* (Weyland, 1998, 2003; Capriles, 2006). Esse é, aliás, um aspecto importante dessa nova fórmula, que se contrapõe à fórmula tradicional populista da região dos anos 1950-1960, caracterizada pelo anti-institucionalismo.

No período mais recente, o caso brasileiro constitui um exemplo importante da fórmula neopopulista à direita. A eleição do presidente Bolsonaro em 2018 e os primeiros anos de seu governo colocaram o país no centro da análise do retrocesso das democracias da terceira onda, sobretudo dos países latino-americanos que passaram por ditaduras militares entre as décadas de 1960 e 1980. Além de recuperar para a cena pública a extrema direita defensora da ditadura e das práticas de tortura, embasado em uma retórica ultraconservadora, com referências ultrapassadas ao comunismo, valores morais e costumes, Bolsonaro, enquanto candidato e agora presidente, tem ocupado espaço através das mídias eletrônicas divulgando o despreço à política e às elites políticas, constituindo um clima avesso à política institucional e às instituições democráticas, uma política de confronto própria da fórmula populista.

GOVERNO E CONFIANÇA

As eleições presidenciais brasileiras de 2018 definiram um importante impasse

no processo de construção democrática do país. A eleição do presidente Bolsonaro, um ex-capitão do Exército e deputado federal, defensor da ditadura militar e vinculado a um pequeno partido de direita, sustentado por uma campanha ultraconservadora de natureza populista, amplamente realizada através de mídias sociais, possibilita questionar a qualidade da transição brasileira.

Considerar a democracia brasileira forte e consolidada, sob a justificativa procedural de que uma alternativa partidária da extrema direita chegou ao poder por eleições livres e democráticas, traduz uma visão minimalista de democracia e uma concepção limitada do que significa o processo de consolidação do regime democrático, do impacto político e social que as ditaduras militares tiveram nos países latino-americanos, antes de seu ingresso na terceira onda de democratização, e dos efeitos que a guinada conservadora observada na região, em fins da década de 2010, tem na economia, nas políticas públicas e no tecido social.

O primeiro ano do governo Bolsonaro resultou em um retrocesso expressivo, mas não surpreendente, na difusão de valores morais, perda de direitos e na definição de políticas públicas. Além da agenda conservadora no campo da economia, das políticas públicas e na relação com o Estado, o governo atua através de forte negacionismo do conhecimento constituído e compartilhado em diversas áreas, provocando inclusive impacto internacional, como são os casos da negação dos dados sobre o desmatamento da Amazônia, compartilhados mundialmente, e a defesa da existência imaginada de uma geopolítica mundial associada ao “marxismo cultural” (Dyer, 2020).

Já em 2020, com a crise mundial sanitária provocada pela covid-19, o governo Bolsonaro notabilizou-se internacionalmente pelas ações contrárias ao combate à pandemia, com atitudes de negação da gravidade do evento, negação dos procedimentos de prevenção, indiferença frente ao número de vítimas e descaso com a necessidade de condução de uma política de saúde articulada nacional, tendo mantido o Ministério da Saúde sem a nomeação de um especialista para o seu comando. Ao contrário, durante a grave crise, a presidência da República substituiu dois ministros médicos especialistas, em razão das discordâncias com as opiniões pessoais do presidente sobre a política de combate aos efeitos da pandemia, e nomeou um general como ministro interino, sem qualificação na área médica. Ao negacionismo da gravidade da doença somavam-se a propagação de notícias falsas sobre as medidas não farmacológicas e a defesa de tratamento com efeitos não comprovados e cujo uso foi descartado pela comunidade científica, o que produziu um atraso trágico no suporte ao atendimento aos cidadãos contaminados internados em várias cidades, e apenas em 2021 o país viu o início de um frágil e insuficiente processo de vacinação, sem qualquer coordenação eficiente executada pelo governo federal. A falta de coordenação não se deu apenas na gestão da saúde, não havendo plano do governo federal para reorientar a atividade econômica, assim como foram tímidas as ações por parte do Executivo federal voltadas ao suporte social. Esse é o contexto que nutriu os níveis de confiança no governo e em particular no presidente da República.

DADOS E ANÁLISE

O artigo utiliza dados de nível individual oriundos do projeto “Valores em Crise”, associado ao World Values Survey e realizado no Brasil pelo Instituto Sivis, no final do primeiro semestre de 2020 e logo no início de 2021².

O suposto básico diz respeito à importância da confiança no governo como um dos pilares da governabilidade. Conhecer o que os cidadãos comuns pensam sobre a democracia, suas instituições e seu funcionamento, é elemento fundamental para analisar a crise democrática e seu desenvolvimento, e os patamares da confiança no governo e no seu executor traduzem a capacidade de resposta e de representação do regime democrático na perspectiva dos cidadãos. Assim, sobretudo no contexto dos anos de 2020 e 2021, quando o país passa a mostrar as suas reais debilidades políticas para controlar a crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19 e a crise econômica, tem importância significativa conhecer a opinião pública dos cidadãos sobre o governo e suas perspectivas de desempenho.

2 O projeto “Valores em Crise” se estrutura como estudo de painel longitudinal *on-line* com três ondas consecutivas. Aqui são utilizadas as duas primeiras ondas da pesquisa, a primeira realizada entre maio e junho de 2020 e a segunda, entre janeiro e fevereiro de 2021. A primeira onda da pesquisa contou com 3.543 respondentes em uma amostra representativa das características (sexo, faixa etária, grau de instrução e região de residência) da população brasileira. Apenas 1.929 respondentes da primeira onda responderam também à segunda onda do painel – estes entrevistados compõem a amostra aqui analisada. Ressalva-se que esta amostra apresenta pequenas distorções em relação a algumas características da população brasileira, com maior proporção de indivíduos do sexo masculino e de maior escolaridade e renda.

O que dizem os dados?

Como mostra a Tabela 1³, apenas pouco mais de 30% dos entrevistados disseram ter muita ou alguma confiança no governo, não havendo variação expressiva na mesma entre as duas ondas da pesquisa. Para comparação, ainda de acordo com a Tabela 1, este é também, aproximadamente, o índice de confiança que os entrevistados declararam ter nas instituições em geral. O setor de saúde, por sua vez, apresentou, nos dois momentos da pesquisa, os maiores níveis de confiança dentre as instituições perguntadas e, dentre essas, foi, ademais, a única instituição que apresentou um ligeiro aumento da confiança com o desdobramento da pandemia. Por outro lado, chama a atenção que os entrevistados tenham declarado confiar muito menos nas pessoas que encontram pela primeira vez (menos de 15% revelaram ter muita ou alguma confiança nelas) do que em quaisquer das instituições referidas.

Quando perguntados sobre a atuação do governo no enfrentamento da crise da covid-19, é majoritária (pouco menos de 60%) a avaliação de que o governo está se saindo mal, percepção que não se modifica entre as duas ondas da pesquisa. Por outro lado, é notável que quase $\frac{1}{4}$ dos entrevistados avaliem que o governo estaria enfrentando bem ou muito bem a crise do coronavírus (Tabela 2). Esse é um dado que sugere o que outras pesquisas apontam, que o governo Bolsonaro consegue

3 A fonte de todas as tabelas é a pesquisa “Valores em Crise” (2020, 2021).

TABELA 1

	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
Confiança no governo (%)		
Muita/alguma	31,1	34,2
Pouca/nenhuma	68,9	65,8
Confiança nas instituições (%)		
Muita/alguma	31,8	37,9
Pouca/nenhuma	68,2	62,1
Confiança no setor de saúde (%)		
Muita/alguma	43,6	51,9
Pouca/nenhuma	56,4	48,1
Confia nas pessoas que conhece ou tem familiaridade (%)		
Completamente/algo	57,8	57,1
Pouco/nada	42,2	42,9
Confiança nas pessoas que encontra pela primeira vez (%)		
Completamente/algo	10,5	14,2
Pouco/nada	89,5	85,8

TABELA 2

Quão bem ou mal o governo está enfrentando a crise do coronavírus? (%)	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
Muito mal/mal	57,5	57,7
Nem um nem outro	19,0	19,2
Bem/muito bem	23,4	23,1

manter um apoio de, em média, 25% de simpatizantes (Meneguello, 2021).

Ainda, também ao longo do tempo, a maioria dos entrevistados mostrou-se pessimista com a perspectiva do país após a pandemia: para pelo menos 58% o país sairia (sairá) gravemente prejudicado da crise (Tabela 3). A ligeira queda que se

observa nessa avaliação na segunda onda da pesquisa deve-se não ao aumento de algum otimismo quanto ao futuro do país, e sim ao aumento da ideia de que o país não sairia (sairá) “nem prejudicado nem fortalecido”. Isso sugere que, na verdade, os cidadãos ampliaram a incerteza das suas percepções sobre os rumos do país

com o desdobramento prolongado da crise da covid-19.

Se a avaliação da atuação do governo na pandemia, ainda que majoritariamente negativa, não muda ao longo do tempo, os entrevistados são novamente mais negativos com relação ao comportamento das pessoas na pandemia: $\frac{3}{4}$ dos entrevistados acreditavam, na primeira onda, que esse comportamento era inadequado e, no segundo momento, em janeiro/fevereiro deste ano, essa avaliação atingia quase 83% dos entre-

vistados (Tabela 4). Esse parece ser um dado que traduz a observação dos entrevistados das reações pouco colaborativas dos seus concidadãos frente às medidas necessárias à contenção da pandemia.

Em torno de 80% dos entrevistados, sem mudança expressiva entre as duas ondas da pesquisa, revelaram medo ou muito medo tanto da doença como das possíveis consequências de uma recessão econômica decorrente da pandemia (Tabelas 5 e 6). As declarações de medo da pandemia

TABELA 3

O país sairá da crise gravemente prejudicado ou muito fortalecido? (%)	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
Gravemente prejudicado	66,5	58,2
Nem um nem outro	21,9	28,4
Muito fortalecido	11,6	13,4

TABELA 4

Avaliação do comportamento das pessoas na pandemia (%)	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
Inadequado	75,0	82,7
Nem um nem outro	14,3	10,6
Adequado	10,8	6,7

TABELA 5

Em que medida você está com medo de que você ou seus entes queridos fiquem doentes e sofram muito por conta do coronavírus? (%)	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
Estou com medo/muito medo	79,4	78,3
Nem um nem outro	10,5	11,8
Estou sem muito/nenhum medo	10,1	9,8

caminham no mesmo trilho da percepção da importância da liderança forte para a solução da crise: quase 2/3 dos entrevistados concordaram totalmente ou em parte com um governo que subvertesse as leis ou ignorasse as instituições para resolver os problemas da população em uma situação de crise (Tabela 7). As tendências majoritárias nessas questões sugerem que o medo e o apoio a soluções extrainstitucionais

podem se associar, uma relação perigosa para um regime democrático.

A pesquisa revelou ainda um dado importante sobre o alcance das *fake news* e dos boatos relacionados à pandemia: mais de 80% dos entrevistados disseram não acreditar em histórias propagadas em redes sociais segundo as quais a pandemia do coronavírus seria um boato e que todas as medidas não farmacológicas propostas pela comunidade

TABELA 6

Em que medida você está com medo de que você ou seus entes queridos irão sofrer por conta de uma recessão econômica após a crise do coronavírus? (%)	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
Estou com medo/muito medo	83,5	80,2
Nem um nem outro	8,2	11,2
Estou sem muito/nenhum medo	8,3	8,6

TABELA 7

Quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas e melhorar a vida da população (%)	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
Concordo totalmente/em parte	63,0	65,1
Discordo em parte/totalmente	37,0	34,9

TABELA 8

As mídias sociais são cheias de histórias dizendo que a pandemia do coronavírus é um boato e que todas as medidas de quarentena são reações exageradas e históricas. Você acredita nessas histórias? (%)	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
Sim, acredito	14,6	13,5
Não acredito	85,4	86,5

científica, Ministério da Saúde, governadores e prefeitos para sua contenção seriam exagero ou histeria (Tabela 8).

Ao mesmo tempo, menos de 1/5 dos entrevistados consideraram que as mídias sociais seriam mais confiáveis do que as mídias tradicionais, enquanto metade dos entrevistados afirmou que as mídias sociais seriam tão dignas de confiança quanto as mídias tradicionais (Tabela 9).

Em que medida esse contexto e avaliações ajudam a explicar a formação da confiança no governo e sua atualização através do tempo e diante do prolongamento e agravamento da crise sanitária? Em específico, em que medida fatores como as avaliações da atuação governamental na gestão da crise e das perspectivas para o futuro do país, o medo dos possíveis efeitos da pandemia sobre a saúde e a situação financeira pessoal e dos familiares, a confiança nas mídias sociais e tradicionais e a crença nas histórias sobre a pandemia veiculadas nas redes sociais ajudam a explicar a confiança/desconfiança dos cidadãos no governo? As tabelas bivariadas apresentadas na sequência fornecem os primeiros subsídios para analisar essas questões.

A confiança no governo e a avaliação de como este está enfrentando a crise mostram-se altamente correlacionadas, como esperado: entre os que acham que o governo está se saindo bem na gestão da crise, a confiança é de mais de 70%; entre os que acham que está se saindo mal, a desconfiança é de quase 90% (Tabela 10). A confiança no governo também é mais elevada entre aqueles que confiam mais nas mídias sociais do que nas mídias tradicionais (Tabela 11) e que acreditam nas histórias veiculadas nas redes sociais de que tudo o que se diz sobre a pandemia e as medidas restritivas e não farmacológicas defendidas para evitar a propagação da doença são exageradas ou fruto de histeria (Tabela 12). De acordo com a Tabela 11, entre os que acreditam que as mídias sociais são mais confiáveis, em torno de 45% confiam no governo; entre os que acham que as mídias tradicionais são mais confiáveis, a confiança no governo é de apenas pouco mais de 20%. Entre os que acreditam que a pandemia do coronavírus é um boato e que as medidas de quarentena são exageradas, o nível de confiança no governo chega a quase 50%. Entre os que não credi-

TABELA 9

Quão dignas de confiança você acredita que são as mídias sociais, como o Twitter ou o Facebook, em comparação com as mídias tradicionais, como a TV ou os jornais? (%)	Maio/junho 2020 (Onda 1)	Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)
As mídias sociais são mais dignas de confiança	18,7	18,4
Ambas iguais	51,0	48,9
As mídias tradicionais são mais dignas de confiança	30,3	32,7

TABELA 10

		Confiança no governo (%)	
		Muita/alguma	Pouca/nenhuma
Como o governo está enfrentando a crise			
Está enfrentando mal	Onda 1	12,9	87,1
	Onda 2	13,5	86,5
Nem um nem outro	Onda 1	37,3	62,7
	Onda 2	38,1	61,9
Está enfrentando bem	Onda 1	70,6	29,4
	Onda 2	72,2	27,8

TABELA 11

		Confiança no governo (%)	
		Muita/alguma	Pouca/nenhuma
Quão dignas de confiança você acredita que são as mídias sociais, como o Twitter ou o Facebook, em comparação com as mídias tradicionais, como a TV ou os jornais?			
As mídias sociais são mais dignas de confiança	Onda 1	45,8	54,2
	Onda 2	43,4	56,5
Ambas iguais	Onda 1	30,6	69,4
	Onda 2	32,8	67,2
As mídias tradicionais são mais dignas de confiança	Onda 1	22,7	77,3
	Onda 2	23,7	76,3

TABELA 12

		Confiança no governo (%)	
		Muita/alguma	Pouca/nenhuma
As mídias sociais são cheias de histórias, dizendo que a pandemia do coronavírus é um boato e que todas as medidas de quarentena são reações exageradas e históricas. Você acredita nessas histórias?			
Sim, eu acredito nessas histórias	Onda 1	47,5	52,5
	Onda 2	47,7	52,3
Não, eu não acredito nessas histórias	Onda 1	28,2	71,8
	Onda 2	29,3	70,7

TABELA 13

		Confiança no governo (%)	
		Muita/alguma	Pouca/nenhuma
Está com medo de que você ou seus entes queridos fiquem doentes e sofram muito por conta do coronavírus?			
Está com medo	Onda 1	26,7	73,3
	Onda 2	28,8	71,2
Nem um nem outro	Onda 1	45,5	55,0
	Onda 2	39,5	60,5
Não está com medo	Onda 1	50,8	49,2
	Onda 2	46,3	53,7

TABELA 14

		Confiança no governo (%)	
		Muita/alguma	Pouca/nenhuma
Está com medo de que você ou seus entes queridos irão sofrer por conta de uma recessão econômica após a crise do coronavírus?			
Está com medo	Onda 1	29,7	70,3
	Onda 2	29,9	70,1
Nem um nem outro	Onda 1	35,4	64,6
	Onda 2	35,5	64,5
Não está com medo	Onda 1	40,0	60,0
	Onda 2	44,2	55,8

tam nessas histórias, a desconfiança no governo supera 70% (Tabela 12).

Por outro lado, o medo, seja da doença, seja das potenciais consequências econômicas da pandemia, afeta de modo negativo a confiança no governo: quanto mais medo, mais desconfiança, e essa associação é mais intensa quando o que está em questão é o medo da doença (Tabelas 13 e 14).

Os que acreditam que o país sairá prejudicado da crise (e mesmo aqueles que acreditam que o país não sairá “nem

prejudicado nem fortalecido”) também se mostram menos confiantes no governo (Tabela 15): entre os primeiros (os pessimistas quanto ao futuro do país após a crise), pelo menos $\frac{3}{4}$ revelaram desconfiar do governo (entre os otimistas, a desconfiança cai para em torno de 40%).

A descrição apresentada acima aponta para as tendências de associação entre a confiança no governo, por um lado, e, por outro, as percepções de seu desempenho na gestão da crise, as percepções das

TABELA 15

		Confiança no governo (%)	
		Muita/alguma	Pouca/nenhuma
O país sairá prejudicado ou fortalecido da crise?			
Gravemente prejudicado	Onda 1	25,5	74,5
	Onda 2	21,3	78,7
Nem um nem outro	Onda 1	33,8	66,2
	Onda 2	40,0	60,0
Muito fortalecido	Onda 1	57,6	42,4
	Onda 2	59,8	40,2

perspectivas para o país, os temores dos cidadãos e os meios de acesso à informação sobre a pandemia. Com o intuito de avançar na compreensão da confiança no governo brasileiro durante a pandemia do coronavírus, foram elaborados modelos de regressão logística binomial com o objetivo de verificar quais dessas dimensões foram/são mais importantes para a formação da confiança no governo e em que medida tais fatores se modificam com o desenrolar e o agravamento da pandemia. Os modelos contaram ainda com variáveis sociodemográficas e de autolocalização no espectro ideológico como medidas de controle dos resultados das análises.

Os modelos mostram as razões de chance – $\text{Exp}(B)$ – de ocorrência de confiança no governo segundo cada uma das variáveis apresentadas nas tabelas bivariadas⁴, controladas pelos efeitos das demais. A comparação dos dois modelos mostra que praticamente as mesmas variáveis descrevem aqueles que confiam no governo nos dois momentos pesquisados: são homens, identificados com a direita ou com o centro político, acreditam que

o país sairá fortalecido da pandemia e confiam mais nas redes sociais do que nas mídias tradicionais. Os resultados também sugerem a volatilidade do efeito do medo de ser contaminado ou afetado pela doença sobre a (des)confiança no governo (significativo apenas no modelo referente à primeira onda). Sugerem ainda a perversidade do desdobramento da crise em contexto de desigualdade econômica: se no primeiro momento não há diferença na confiança no governo segundo os níveis de renda familiar, na segunda onda da pesquisa o estrato de entrevistados de maior renda mostrou maior chance de confiar no governo.

4 A variável “Como o governo está enfrentando a crise?” (Tabelas 2 e 10) não foi incluída nos modelos multivariados por apresentar alta associação com a confiança no governo segundo o coeficiente de contingência, o que poderia enviesar os resultados aumentando a capacidade explicativa dos modelos. A variável referente à confiança nas histórias veiculadas nas redes sociais de que a pandemia do coronavírus é um boato e medidas como a decretação de quarentena são um exagero (Tabelas 10 e 14) foi excluída do modelo final pois a medida de tolerância foi inferior a 1 e o resultado do teste de VIF (*Variance Inflation Factor*), superior a 10 (cf. Field, 2009).

TABELA 16

Preditores da confiança no governo – Exp(B)

	Maio/junho 2020 (Onda 1)		Janeiro/fevereiro 2021 (Onda 2)	
	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)
Você acha que nosso país sairá desta crise gravemente prejudicado ou muito fortalecido?				
Muito fortalecido	,000	3,271	,000	4,314
Nem um nem outro	,001	1,563	,000	2,164
Medo de ser contaminado pelo coronavírus				
Não tem medo	,015	1,665	,732	1,077
Nem um nem outro	,011	1,638	,861	1,035
Medo da recessão econômica				
Não tem medo	,522	,859	,652	,901
Nem um nem outro	,114	,700	,379	,838
Confiança nas mídias				
As mídias sociais são mais dignas de confiança	,002	1,665	,009	1,522
Ambas iguais	,249	1,168	,012	1,386
Autolocalização ideológica				
Direita	,000	6,682	,000	5,350
Centro	,000	2,021	,000	1,909
Sexo				
Masculino	,000	2,041	,000	1,586
Escolaridade				
Até EM incompleto	,693	1,066	,254	1,211
EM completo	,625	,921	,538	1,111
Superior incompleto ou mais	,229	,804	,374	,850
Renda				
Mais de um a dois salários mínimos	,971	,994	,480	1,117
Mais de dois a cinco salários mínimos	,845	1,030	,111	1,287
Mais de cinco salários mínimos	,893	1,027	,007	1,680
Constante				
	,000	,065	,000	,055
N	1929		1929	
Log verossimilhança	1991,883		2030,472	
R2 Nagelkerke	,263		,251	

Nota: categorias de referência omitidas

Com relação aos efeitos da avaliação prospectiva do país, os modelos mostram que, apesar da ligeira queda na expectativa positiva com o futuro do país pós-pandemia na segunda onda da pesquisa (Tabela 3), o efeito da visão prospectiva positiva sobre a confiança no governo aumenta (Tabela 16). Ademais, nos dois momentos, é notável que aqueles que avaliam que o país não sairá “nem fortalecido nem prejudicado” também apresentam maior probabilidade de confiar no governo, comparados àqueles que avaliam que o país sairá prejudicado da crise (e essa probabilidade também aumenta no segundo momento).

Confiar nas mídias sociais (em oposição às mídias tradicionais) também aumenta em pelo menos 50% a chance de confiar no governo ao longo do tempo.

O medo da doença, de ser contaminado ou de ter parentes sofrendo pela contaminação com o coronavírus, embora tenha mostrado associação importante em nível bivariado com a desconfiança no governo (Tabela 13) nos dois momentos, só se associou à confiança no governo no modelo multivariado para a primeira onda da pesquisa. Por outro lado, chama a atenção que o medo de ser afetado pela crise econômica associada à pandemia de covid-19 não exerça efeito sobre a formação da confiança no governo em nenhum dos momentos pesquisados (de acordo com os modelos aqui especificados).

Em relação às variáveis de controle incluídas no modelo, destaca-se o forte e principal efeito da autolocalização ideológica com a direita sobre a confiança no governo, resultado que traduz o autoritarismo do presidente e a adesão às suas

atitudes e valores, marcados pelo negacionismo e pelo estímulo à polarização política. Os resultados mostram ainda que mesmo os entrevistados identificados com o centro (em comparação àqueles identificados com a esquerda) têm o dobro de chance de confiar no governo.

Finalmente, com relação aos efeitos das variáveis sociodemográficas, como anteriormente apontado, apenas o sexo e a renda dos entrevistados diferenciam os resultados nas duas ou em uma das pesquisas. No primeiro caso, os homens (comparados às mulheres) mostraram-se consistentemente mais confiantes no governo ao longo do tempo. No que se refere ao efeito da renda, enquanto na primeira onda da pesquisa não foram observadas quaisquer diferenças entre as faixas na confiança governamental, os resultados para a segunda etapa da pesquisa apontam um aumento da confiança governamental no estrato de indivíduos de maior renda. Assim, comparados aos entrevistados com renda familiar de até um salário mínimo, aqueles com ganhos superiores a cinco salários mínimos passaram a ter quase 70% a mais de chance de confiar no governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados neste artigo nos permitem sugerir que o fenômeno da confiança governamental no período do governo Bolsonaro possui componentes bastante específicos. Os anos de 2020 e 2021 no Brasil testemunharam não apenas uma crise sanitária de proporções exacerbadas, com um número de casos de contamina-

ção e de vítimas fatais pela covid-19 que ocuparam destaque mundial, mas também testemunharam um mandato de um governo federal marcado pelo contrassenso autoritário, negacionismo, descaso e incompetência para gerir a crise econômica, social e de saúde do país. Nesse contexto específico que marcou o Brasil, o fenômeno da confiança definiu-se notadamente no terreno ideológico, e seu perfil é claro, mesmo que expresso aqui de forma sintética: a

confiança é carregada por homens identificados à direita, que se nutrem das mídias sociais e que têm a percepção de que o país se fortalece. Não é surpreendente que as bases do apoio ao governo Bolsonaro – entendendo a confiança como base de apoio político – se estabeleçam de forma proeminente no terreno ideológico da direita, cujas condições de operação danificam o tecido social, a percepção das instituições e o funcionamento da democracia.

REFERÊNCIAS

- CAPRILES, C. "La enciclopedia del chavismo o hacia una teología del populismo". *Revista Venezolana de Ciencia Política*, n. 29, 2006.
- DIAMOND, L. "Facing up to the democratic recession". *Journal of Democracy*, vol. 26, n. 1, 2015.
- DIAMOND, L. "The impact of the economic crisis: why democracies survive". *Journal of Democracy*, vol. 22, n. 1, 2011.
- DYER, O. "Covid-19: Brazil's president rallies supporters against social distancing". *BMJ*, 2020.
- FIELD, A. *Descobrimo a estatística usando o SPSS*. Porto Alegre, Artmed, 2009.
- FOA, R.S. et al. *The global satisfaction with democracy report 2020*. Cambridge, United Kingdom/Centre for the Future of Democracy, 2020.
- FREEDOM HOUSE. "Report Freedom in the World 2019-Democracy in Retreat". Disponível em: https://freedomhouse.org/sites/default/files/Feb2019_FH_FITW_2019_Report_ForWeb-compressed.pdf. Acesso em: 8/ago./2021.
- KRIESI, H.; PAPPAS, T. (eds.). *European populism in the shadow of the great recession*. Colchester, ECPR Press, 2015.

- MELO, C.; CABRAL, S. "A grande crise e as crises brasileiras: o efeito catalisador da covid-19". *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*, v. 14, n. 39, 2020.
- MENEGUELLO, R. "Opinião pública em um governo de risco e contrassenso", in F. Kerche; L. Avritzer; M. Marona (orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. 1ª ed. São Paulo, Autêntica, 2021.
- MUDDE, C. "The populist Zeitgeist". *Government and Opposition*, vol. 39, issue 4, 2004.
- MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. "Exclusionary vs. inclusionary populism: comparing contemporary Europe and Latin America". *Government and Opposition*, vol. 48, issue 2, 2013.
- PRZEWORSKI, A. *Crises of democracy*. Cambridge, Cambridge University Press, 2019.
- REPUCCI, S. "The Freedom House Survey for 2019: the leaderless struggle for democracy". *Journal of Democracy*, vol. 31, n. 2, 2020.
- SMITH, A. E. "Covid vs. democracy: Brazil's populist playbook". *Journal of Democracy*, vol. 31, n. 4, 2020.
- WARREN, M. "Trust and democracy", in *Oxford handbook of social and political trust*. Oxford UP, 2018.
- WEYLAND, K. "The politics of corruption in Latin America". *Journal of Democracy*, vol. 9, n. 2, 1998.
- WEYLAND, K. "The threat of populist left". *Journal of Democracy*, vol. 24, n. 3, 2013.